

**SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – SESI PR  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

O Serviço Social da Indústria (SESI), é uma entidade do direito privado, sem fins lucrativos, criada pela Confederação Nacional da Indústria, a 1º de julho de 1946, consoante o Decreto-lei n.º 9.403, de 25 de junho do mesmo ano, tem por escopo estudar, planejar e executar, direta ou indiretamente, medidas que contribuam para o bem estar social dos trabalhadores na indústria e nas atividades assemelhadas, concorrendo para a melhoria do padrão geral de vida no país, e, bem assim, para o aperfeiçoamento moral e cívico e o desenvolvimento do espírito da solidariedade entre as classes.

A Ação do SESI abrange: o trabalhador da indústria, dos trabalhadores das comunicações e da pesca e seus dependentes, os diversos meios-ambientes que condicionam a vida do trabalhador e de sua família.

*Fonte: Regulamento do Serviço Social da Indústria SESI, atualizado pelo decreto n.º 6.637 de 5 de novembro de 2008 – Brasília 2009.*

**1.1. Orçamento e sua Execução**

O orçamento inicial, no valor de R\$ 337.534.387,00 (trezentos e trinta e sete milhões, quinhentos e trinta e quatro mil e trezentos e oitenta e sete reais), foi aprovado pela Resolução nº. 029/2016 de 29 de setembro de 2016, do Conselho Regional do SESI do Paraná;

Através da Resolução nº. 007/2017 de 29 de maio de 2017, do Conselho Regional do SESI do Paraná, foi aprovada a proposta de retificação orçamentária para o valor de R\$ R\$345.927.000,00 (trezentos e quarenta e cinco milhões, novecentos e vinte e sete mil reais), registrando um aumento de aproximadamente 2,49% sobre o orçamento inicial.

A execução orçamentária apresentou o seguinte resultado:

DESCRIÇÃO	VALOR
Receita Orçada	345.927.000,00
Receita Arrecadada	345.161.752,76
<b>Arrecadada a Menor</b>	<b>765.247,24</b>
Despesa Autorizada	345.927.000,00
Despesa Realizada	308.214.875,68
<b>Realizada a Menor</b>	<b>37.712.124,32</b>
<b>SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO</b>	<b>36.946.877,08</b>

A execução orçamentária comportou-se conforme segue:



**1.Receita Líquida de Contribuição Compulsória:** Corresponde a 83,25% da Receita Bruta de Contribuição Compulsória Geral, em conformidade com o Art. 69 do Regulamento do Sesi, atualizado pelo Decreto Lei nº 6.637, de 5 de novembro de 2008.

**2.Compromisso de Aplicação de Recursos em Educação:** Corresponde à 33,33% da Receita Líquida de Contribuição Compulsória (RLCC).

**3.Compromisso de Aplicação de Recursos em Gratuidade:** Corresponde à 16,67% da Receita Líquida de Contribuição Compulsória (RLCC).

**4.Resultado do Cumprimento da Aplicação de Recursos em Educação:** Corresponde ao resultado (positivo ou negativo), da aplicação de recursos da receita líquida de contribuição compulsória destinada para a gratuidade, em relação ao compromisso de 33,33%.

**5.Resultado do Cumprimento da Aplicação de Recursos em Gratuidade:** Corresponde ao resultado (positivo ou negativo), da aplicação de recursos da receita líquida de contribuição compulsória destinada para a gratuidade, em relação ao compromisso de 16,67%.

Cálculos realizados de acordo com a metodologia de aplicação do compulsório em educação e em gratuidade no Sesi conforme divulgação do Sesi Nacional.

## 1.2. Variação Financeira

A movimentação de recursos financeiros ocorreu da seguinte forma:

DESCRIÇÃO		VALOR
2016	Saldo de Caixa e Bancos - Exercício Anterior	1.167.063,92
	Aplicações Financeiras – Exercício Anterior	55.284.385,25
	<b>SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>56.451.449,17</b>
2017	Saldo de Caixa e Bancos – Exercício Atual	1.255.998,86
	Aplicações Financeiras – Exercício Atual	84.430.597,21
	<b>SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL</b>	<b>85.686.596,07</b>

O Índice de Liquidez Corrente (AC/PC) que representa a disponibilidade financeira no exercício para liquidação das obrigações em curto prazo alcançou 1,74 no final de 2017. Portanto para cada real de passivo circulante haverá R\$ 1,74 de disponibilidade.

## 1.3. Mutações Patrimoniais

O Resultado Patrimonial do Exercício no valor de R\$ 27.400.6449,55 foi obtido conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	VALOR
<b>PATRIMÔNIO SOCIAL ACUMULADO DO EXERCÍCIO DE 2016 (A)</b>	<b>271.920.022,18</b>
<b>ACRÉSCIMO AO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 2017</b>	
<b><u>RECEITAS</u></b>	
RECEITAS CORRENTES	345.161.752,76
RECEITAS DE CAPITAL	-
<b><u>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS E FINANCEIRAS</u></b>	
RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	10.812.369,29
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2.888.275,15
VARIAÇÕES FINANCEIRAS	1.383.547,54
<b>TOTAL (B)</b>	<b><u>360.245.944,74</u></b>
<b>DIMINUIÇÃO AO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 2017</b>	
<b><u>DESPESAS</u></b>	
DESPESAS CORRENTES	301.169.645,47
DESPESAS DE CAPITAL	7.045.230,21
<b><u>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS E FINANCEIRAS</u></b>	
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	16.104.882,22
VARIAÇÕES FINANCEIRAS	8.525.537,29
<b>TOTAL (C)</b>	<b><u>332.845.295,19</u></b>
<b>SUPERAVIT PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO DE 2017 (D)</b> <b>D=(B)-(C)</b>	<b>27.400.649,55</b>
<b>PATRIMÔNIO SOCIAL FINAL EM 2017</b> <b>= (A)+(D)</b>	<b>299.320.671,73</b>

### 1.4. Balanço Patrimonial

O Patrimônio Social está assim distribuído:

DESCRIÇÃO	VALOR
Imobilizado	214.550.294,26
Intangível	12.799.074,61
Realizável a Longo Prazo	11.081.328,40
( - ) Exigível a Longo Prazo	(4.848.188,12)
Saldo Financeiro Livre	65.738.162,58
<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>299.320.671,73</b>

O Saldo Financeiro Livre no valor de R\$ 65.738.162,58 foi obtido conforme demonstrativo abaixo:

DESCRIÇÃO	VALOR
(a) Ativo Circulante	155.159.920,48
(b) Passivo Circulante	89.421.757,90
<b>SALDO FINANCEIRO LIVRE = (a)-(b)</b>	<b>65.738.162,58</b>

Os adiantamentos para despesas de viagens seguiram os preceitos contidos na Norma de Gestão nº 007/2008:

O Balanço Patrimonial, DFC, Demonstrações das Variações Patrimoniais, Balanço Financeiro e Balanço Orçamentário, assim como a execução da Receita e Despesa encontram-se transcritos no livro Diário nº. 68;

As Autorizações para liberação de pagamentos ocorreram conforme Ordem de Serviço Conjunta nº 01/2016 que dispõe sobre limites de alçadas para autorização de despesas.

## **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades regidas pela Lei nº 4320/64 e NBC T 16.6 (R1) aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, em consonância com a Lei 11.638/07.

A contabilização obedece ao Plano de Contas e a Padronização Contábil, aprovados pelo Conselho Nacional do Sesi através do Ato Resolutório nº 12, de 28 de julho de 2009.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

### **a) Disponibilidades, títulos e valores mobiliários.**

As disponibilidades, os títulos e valores mobiliários são avaliados pelo custo ou valor de realização, incluindo quando aplicável os rendimentos, e as variações monetárias auferidas. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez.

### **b) Depósitos para Recursos Judiciais**

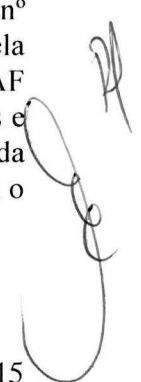
Existem situações em que a entidade questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

### **c) Avaliação da Recuperabilidade de Ativos Financeiros - Impairment**

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (Impairment). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

### **d) Gestão do Patrimônio**

O Serviço Social da Indústria Sesi Departamento Regional do Paraná no que tange a aplicação dos procedimentos para o registro contábil da reavaliação, depreciação, amortização e exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos, adota os princípios previstos nas NBC T 16.9, aprovada pela Resolução CFC nº 1.136, de 2008, e NBC T 16.10, aprovada pela Resolução 1.137, de 2008 e alterada pela Resolução do CFC nº 1.437 de 2013, com base nas regras definidas na macro função SIAF nº 02.03.30 para o Setor Público, bem como atende as normas internas, atos resolutórios e regulamentos definidos pelo CPC-SI Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Sistema da Indústria. Os procedimentos relativos ao Ativo Patrimonial encontram-se integrados com o Sistema Contábil através de ERP e sua conciliação é realizada mensalmente.



O Manual SIAFI na sua macrofunção 02.03.30, item 14 ,estabeleceu um cronograma de implantação da depreciação, amortização e exaustão nas entidades públicas, onde os bens adquiridos a partir de 2010 estão aptos a serem depreciados e devem iniciar sua depreciação no mesmo exercício, já os itens adquiridos nos exercícios anteriores a 2010 necessitam ser submetidos previamente ao procedimento de reavaliação ou redução a valor recuperável, devido ao fato destes estarem registrados pelo seu valor histórico o que não constitui uma base monetária confiável para se iniciar a depreciação.

Mesmo antes da obrigatoriedade da depreciação e amortização, em órgãos públicos, o SESI/PR já realizava estes procedimentos em todos os itens de seu ativo, desta forma, não houve a necessidade de realização de ajuste inicial em seu ativo imobilizado e intangível.

A depreciação e amortização dos bens é realizada mensalmente e os valores correspondentes reconhecidos nas variações patrimoniais durante a vida útil econômica dos bens. Desde o ano de 2009 há uma constante prática de baixas de bens, evitando situações de obsolescência ou danos físicos, e as solicitações de baixa são obrigatoriamente submetidas à aprovação do Conselho Regional, estes procedimentos contribuem para que o ativo imobilizado reflita a situação real do patrimônio, sendo o saldo contábil e patrimonial ajustados periodicamente.

Os bens imóveis são registrados de acordo com o contrato de compra e venda e/ou documento de registro de imóveis; as construções, ampliações, reformas e melhorias são reconhecidas de acordo com o custo e a depreciação iniciada após a conclusão e informação da área de engenharia de obra finalizada e entregue. As benfeitorias em imóveis de terceiros são contabilizadas em conta contábil específica e sua amortização é realizada de acordo com o período de vigência do contrato de locação ou comodato. Os bens recebidos em doação obtidos a título gratuito, são registrados pelo valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico, ou valor patrimonial definido nos termos da doação; lei de doação específica; registro de imóveis ou documento devidamente assinado entre as partes pelos representantes legais. O ativo intangível é formado exclusivamente pelos softwares adquiridos, mensurados com base no valor de aquisição ou produção, deduzidos da respectiva amortização acumulada, calculada de forma linear, com prazo de vida útil de 5 (cinco) anos, considerando a obsolescência tecnológica desses ativos.

O ato resolutório 17/2010 de 27 de julho do Conselho Nacional do SESI estabelece que os bens móveis e imóveis devem ser depreciados da seguinte maneira: (i) Imóveis - Edificações 2% ao ano, (ii) Mobiliários, Máquinas e Equipamentos 10% ao ano e (iii) Veículos e Equipamentos de Informática 20% ao ano.

#### **e) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes**

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

#### **f) Apuração do superávit**

Os ingressos e dispêndios são registrados de acordo com o regime de competência.

#### g) Regime de Registros Contábeis

De acordo com o Plano de Contas e a Padronização Contábil aprovado pelo Conselho Nacional do Sesi (Ato Resolutório n.º 12, de 28 de julho de 2009), as receitas e as despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

### 3. CRÉDITOS A RECEBER

É composto por valores a receber oriundos de Contribuições Compulsórias Diretas e Indireta (Receitas a Receber), saldo de clientes, operações junto a Departamentos Regionais e Nacional do Sistema Indústria, impostos e contribuições a recuperar e cauções.

Para o exercício de 2017, observado ao disposto no CPC/SI – Receitas de Clientes e CPC/SI – Provisão de Devedores Duvidosos de Clientes, bem como o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, efetivou-se a baixa dos títulos vencidos a mais de 540 dias, totalizando o montante de R\$ 1.927.889,28. A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é composta pelos títulos vencidos entre 181 a 539 dias considerando a data base 31/12/2017. O saldo de clientes é composto por:

Rubrica	2016	2017
Clientes	50.901.215,99	52.714.576,75
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.435.367,38)	(3.725.851,39)
= Saldo de cliente	48.465.848,61	48.988.725,36

Observando-se o parecer da Gerência Jurídica quanto ao prazo de realização de valores, efetivou-se a transferência do montante de R\$ 3.663.025,21 referente a Depósitos Judiciais vinculados ao INSS SAT para o grupo do Não Circulante.

### 4. DESPESAS ANTECIPADAS

Representam valores a serem apropriadas ao resultado durante a sua vigência contratual, sendo composta conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	2016	2017
Assinaturas de Periódicos	142.999,63	-
Seguros de Veículos	10.031,90	-
Seguros de Imóveis	140.827,51	-
Licenças de Software a Apropriar	195.147,17	104.790,57
<b>TOTAL</b>	<b>489.006,21</b>	<b>104.790,57</b>

### 5. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

O Imobilizado e Intangível está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção e a composição esta constituída conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	2016	2017
<b>BENS IMÓVEIS</b>	<b>235.190.607,52</b>	<b>236.163.854,30</b>
TERRENOS	48.577.113,98	48.577.113,98
PRÉDIOS	186.372.105,80	187.263.976,99
CONSTRUÇÕES EM ANDAMENTO	241.387,74	322.763,33
<b>BENS MÓVEIS</b>	<b>57.637.467,23</b>	<b>62.267.930,67</b>
MOBILIÁRIO EM GERAL	15.467.684,06	18.073.817,95
DISCOTECA, FONOTECA, FILMOTECA, PINACOTECA	254.300,00	254.300,00
INSTRUMENTOS MUSICAIS	55.334,93	27.892,03
VEÍCULOS	8.346.166,83	8.240.996,83
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	5.948.013,67	6.520.893,00
EQUIP. MÉDICOS, ODONT. E LABORATORIAIS	7.172.900,97	7.256.407,57
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	17.421.164,91	18.591.260,54
EQUIP. ESPORTES, ARTÍSTICOS E DE RECREAÇÃO	1.024.055,90	969.749,61
EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	1.875.125,19	2.183.892,37
OUTROS BENS MÓVEIS	72.720,77	148.720,77
<b>BENFEITORIAS EM IMÓVEIS DE TERCEIROS</b>	<b>5.336.111,70</b>	<b>4.270.794,66</b>
<b>BENS INTANGÍVEIS</b>	<b>13.054.689,97</b>	<b>12.799.074,61</b>
<b>TOTAL</b>	<b>311.218.876,42</b>	<b>315.501.654,24</b>

Os bens intangíveis se referem a Direitos Autorais com Produção de Vídeos, implantação de Software de Controle Integral de Gestão – CIG, Gestão de Relacionamento com o Cliente – Microsoft AX CRM, BPM, SGE, Software Odontológico, ERP Dynamics AX, Sistema de Backup de Dados, Sistema de Folha de Pagamento, Sistema de Gestão Tributária, Sistema de Planejamento de Produção, Projeto de Comunicações Integradas, Sistema de Gestão de Saúde e ECM, Projeto Broker, Projeto Movimente-se mais, Projeto Aprovações Integradas e Projeto Deep Freeze.

## 6. PROVISÕES

O grupo Provisões está composto pelas principais contas demonstradas no quadro abaixo:

PROVISÕES	2016	2017
Férias	13.788.046,82	13.374.978,62
Depósito Judicial SAT	3.663.025,21	-
Contingências Judiciais	1.173.000,00	1.852.334,48
PPR a Pagar	704.818,00	-
Outras Obrigações	158.866,00	254.436,90
<b>Total Provisões Curto Prazo</b>	<b>19.487.756,03</b>	<b>15.481.750,00</b>

Os valores referentes às Reclamatórias Trabalhistas foram informados pela Procuradoria Jurídica e encontram-se contabilizados nas contas do Passivo como Contingências Trabalhistas no valor de R\$ 1.173.000 (2016) e R\$ 1.852.334,48 (2017), sendo parte registrado no Longo Prazo na conta Contingências Cível e Judiciais no montante de R\$ 275.000,00 (2017), totalizando a provisão R\$ 2.127.334,48 (Curto e Longo Prazo).

O valor das contingências judiciais trabalhistas apresentadas no exercício demonstra as ações julgadas pela Procuradoria Jurídica como perda provável. Foram consideradas pela Procuradoria Jurídica como perda possível o montante de R\$ 6.238.681,82 e perda remota o montante de R\$ 561.000,00.

O saldo de Depósito Judicial INSS SAT foi transferido para o grupo Não Circulante.

## 7. RESTOS A PAGAR

Representam as obrigações não processadas e não pagas até o encerramento do exercício de 2017. As obrigações não processadas são aquelas que tenham pendência de implemento de condição da constituição de obrigação de pagamento, ou seja, que o credor, embora contratado, não tenha fornecido o produto ou prestado o serviço. Os restos a pagar foram contabilizados em contrapartida de Despesas de Capital no exercício de 2017.

DESCRIÇÃO	VALOR
Equipamento de Informática	371.570,00
Construções em Andamento	277.607,68
<b>Total</b>	<b>649.177,68</b>

## 8. CONVÊNIOS E ARRECADAÇÕES DIRETAS

Repasse de 25% ao Serviço Social da Indústria – Departamento Nacional, oriundo dos recursos recebidos pelas Contribuições Diretas.

## 9. CONVÊNIOS E ACORDOS

Recebimentos de recursos para a execução de projetos, convênios e acordos vinculados Serviço Social da Indústria – Departamento Nacional, Ministérios, Prefeituras e demais Entidades.

## 10. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados à garantia de valores e bens de propriedade da entidade.

Curitiba, 09 de fevereiro de 2018.

  
**Rogério Fagundes de Almeida**  
 Contador  
 CRC PR-050003/O-6

  
**Edson Luiz Campagnolo**  
 Diretor Regional  
 Sesi/PR